



INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS
SERVIDORES MUNICIPAIS DE
SÃO LEOPOLDO/RS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

GESTÃO 2021-2024

Relatório sobre as contas de gestão do Exercício de 2023

Conforme prevê o Regimento Interno da Egrégia Corte de Contas, aprovado pela Resolução nº 1.028/15 e Resolução nº 1.134/2020 – que dispõe sobre prazos, documentos e informações que deverão ser entregues ao TCE-RS, encaminho o Relatório Minucioso das Contas de Gestão do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de São Leopoldo - IAPS, referente ao exercício de 2023.

Destaca-se que seguem nesta Tomada de Contas, além do presente relatório, os seguintes documentos:

- a) Balanço Geral do exercício de 2023, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, compreendendo os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, e a demonstração das variações patrimoniais (anexos 12 a 15);
- b) Cópia do ato de nomeação da comissão inventariante, bem como da ata de encerramento do inventário de bens e valores;
- c) Cópia do parecer do conselho fiscal do IAPS;
- d) Cópia do parecer do conselho de administração do IAPS;
- e) Relatório e parecer do responsável pelo sistema de controle interno;
- f) Declaração de que os agentes públicos que desempenham atividades nesta instituição estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas;
- g) Declaração do contador e ratificada pelo administrador, referente às conciliações bancárias;
- h) Declaração de inexistência de tomadas de contas especiais instauradas no período.

Prosseguiremos com a análise do Balanço Geral do IAPS, relativo ao exercício de 2022, acompanhado de exposição que visa demonstrar a situação econômica e financeira, na forma da Lei Federal nº 4.320/64, bem como das portarias e resoluções da STN e do MPS.

1 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal nº 9.724/2022 estimou a receita e fixou a despesa orçamentária para o IAPS em R\$ 141.573.000,00 (cento e quarenta e um milhões, quinhentos e setenta e três mil e trezentos reais), para o exercício de 2023.

1.1 - Receitas arrecadadas

A receita orçamentária efetivamente arrecada foi de R\$ 158.522.560,44 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).

A receita de contribuições dos servidores foi de R\$ 34.013.868,52 (trinta e quatro milhões, treze mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), a contribuição patronal somou R\$ 41.852.691,93 (quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e um reais e noventa e três centavos). As contribuições previdenciárias em regime de parcelamento totalizaram em R\$ 49.466.884,41 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos). As demais receitas correntes tais como Compensação Previdenciária, Aplicações Financeiras e outras Receitas correntes, somam R\$ 33.189.115,58 (trinta e três milhões, cento e oitenta e nove mil, cento e quinze reais e cinquenta e oito centavos).

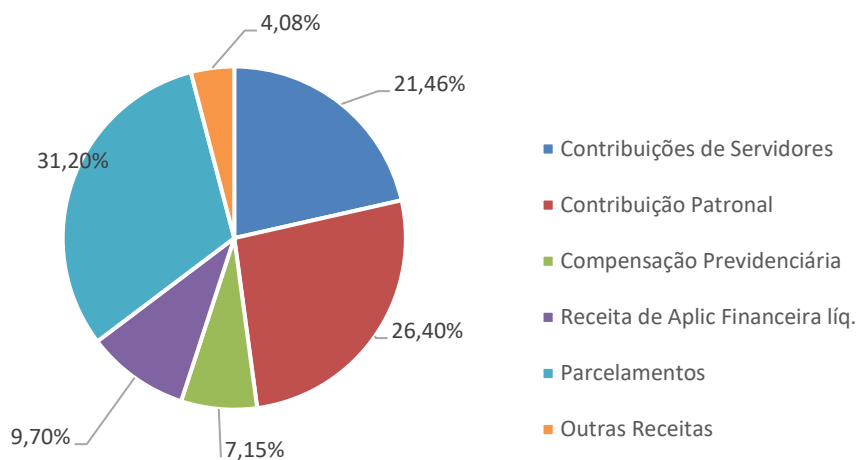
As Receitas de Aplicações Financeiras, no balancete orçamentário no valor de R\$ 15.383.811,81 (quinze milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e onze reais e oitenta e um centavos), compreendem apenas os rendimentos sobre os resgates efetuados, é a receita efetivamente realizada.

De acordo com a IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, no que diz respeito aos registros dos ganhos e das perdas na carteira de investimento do RPPS adotou-se as seguintes premissas:

. Quanto aos aspectos patrimoniais, os ganhos são reconhecidos por meio de VPA (variação patrimonial aumentativa) e as perdas são reconhecidas por meio de VPD (variação patrimonial diminutiva);

Quanto aos aspectos orçamentários, os ganhos foram reconhecidos orçamentariamente por meio de receita quando o investimento foi realizado financeiramente. A receita orçamentária foi contabilizada de acordo com as classificações por natureza da receita constantes no Ementário da Receita.

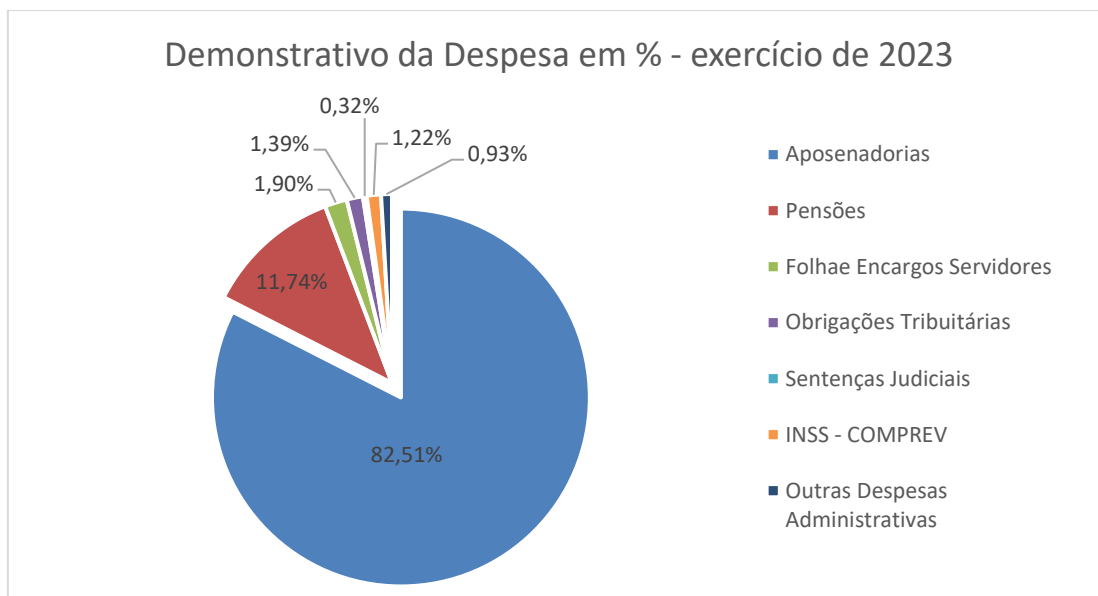
Demonstrativo da Receita em % - exercício de 2023



1.2 - Despesas realizadas

A despesa orçamentária realizada alcançou o valor de R\$ 116.810.298,74 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e dez mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos) importância esta, que se distribui da seguinte forma: a maior concentração do dispêndio deu-se com as aposentadorias e pensões, que somados são R\$ 110.098.119,31 (cento e dez milhões, noventa e oito mil, cento e dezenove reais e trinta e um centavos), representando 94,25% do total da despesa realizada pelo Instituto.

As despesas administrativas, no valor de R\$ 6.712.179,43 (seis milhões, setecentos e doze mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), sendo que destes, R\$ 2.216.819,87 (dois milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta e sete centavo) correspondem à folha de pagamento, seus encargos e benefícios. Nas demais despesas com manutenção do Instituto estão incluídos gastos com manutenção de bens móveis e imóveis de propriedade do IAPS, despesas com energia elétrica, telecomunicações, obrigações tributárias e despesas diversas.

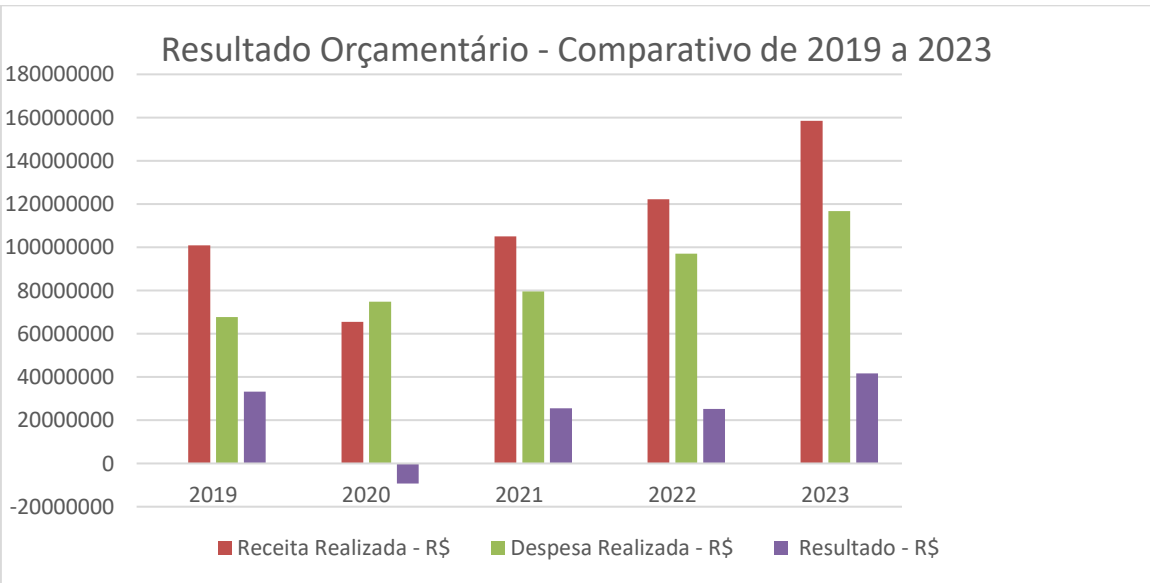
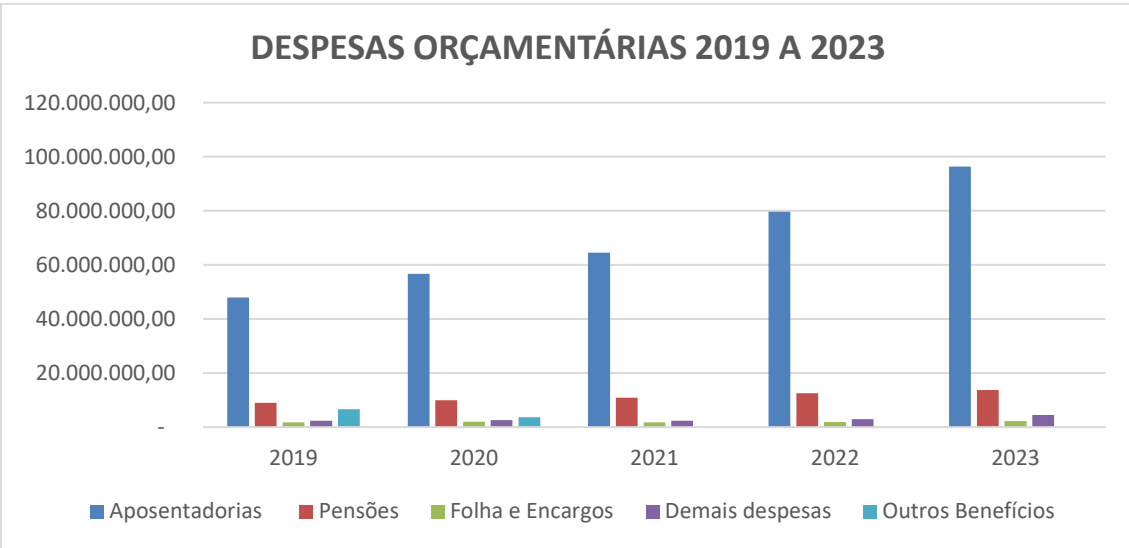
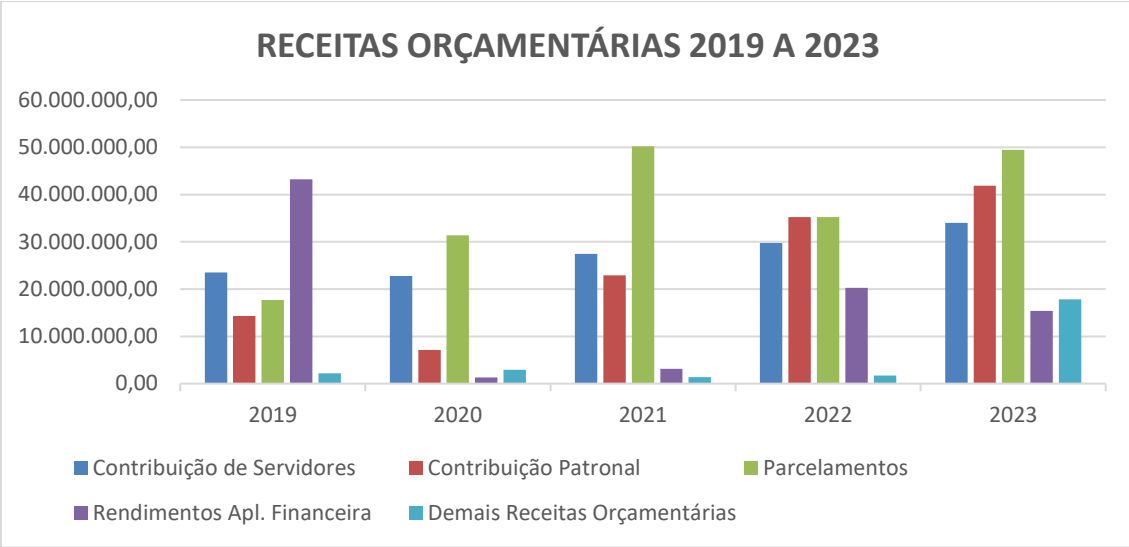


1.3 - Confrontos entre a receita e a despesa

O Resultado se demonstra evidenciando as diferenças entre a receita arrecadada e a despesa realizada no exercício de 2023.

Este resultado se realizou por duas situações: As despesas que tiveram um aumento de (20,39%) e o aumento das receitas (29,74%), ter sido muito superior comparadas ao exercício anterior. A variação mais relevante da despesa encontra-se nos proventos de aposentadorias e pensões, considerando o número de novos benefícios. Em relação à receita orçamentária destaca-se os repasses da contribuição patronal que foram efetivados dentro do prazo e que não haviam competências em atraso, tanto a parte do servidor quanto a parte patronal, não apresentando novos termos de parcelamentos. Os pagamentos das parcelas dos parcelamentos vigentes, foram pagos na sua maioria dentro da competência do ano de 2023, quando repassados em atraso foram cobrados os devidos encargos previstos em Lei. A compensação previdenciária teve aumento bastante significativo comparado ao exercício anterior.

Nos quadros a seguir podemos observar o comportamento da receita, da despesa, e do resultado comparado com exercícios anteriores:



2 - DA GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro constitui peça básica para a demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que julga as operações de receita e despesa orçamentárias além daquelas que, por sua natureza, independem de autorização na LOA, com os saldos de disponibilidade no início e no final do exercício.

O saldo confere com o constante do ativo disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31/12/2023, conforme demonstra a conciliação bancária e o boletim de caixa.

Também se pode analisar a consistência das informações, comparando-se aos dados constantes no Balanço Financeiro com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2023, aplicando o que segue:

	R\$
Saldo anterior das Disponibilidades 31/12/2023	361.180.514,28
(+) Recebimentos orçamentários	158.522.560,44
(-) Pagamentos orçamentários	116.810.298,74
(-) Pagamento de Restos a Pagar	103.137,41
(+) Diferença apurada entre Receitas e Despesas Extra	144.065,42
(=) Saldos das Disponibilidades em 31/12/2023 = BF	402.933.703,99

2.2 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativamente o patrimônio do Instituto, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, considerando a origem e aplicação dos recursos à disposição da Autarquia.

A situação do patrimônio da Autarquia, segundo este balanço, está demonstrada no Anexo 14, e evidenciamos a seguinte situação:

Balanço Patrimonial - Exercício 2023.

	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	534.424,01	404.747,44
Demais Créditos e Valores a CP	60.840.715,59	72.678.193,52
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	464.895.901,84	381.072.865,13
Estoques	11.567,46	12.157,55
Variações Patr. Dim. Pagas Antecipadamente	2.104,13	1.756,78
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	251.608.928,71	263.722.943,57
Imobilizado	11.933.595,31	11.987.549,96
PASSIVO		
Passivo Circulante	923.095,59	580.967,46
Provisões Matemáticas	655.042.646,00	637.598.427,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.281.990,05	26.287.784,61

2.3 - Demonstração das Variações Patrimoniais

As alterações realizadas no patrimônio do Instituto estão demonstradas no Anexo 15, onde temos as variações patrimoniais quantitativas que afetam o resultado patrimonial e variações patrimoniais qualitativas que correspondem as incorporações de bens móveis realizadas no exercício de 2023.

A variação patrimonial aumentativa está refletida substancialmente nas contribuições, nas variações financeiras e na valorização e ganhos com ativos; enquanto que a variação patrimonial diminutiva tem como principal despesa os benefícios previdenciários.

3 - ANÁLISE QUANTO AOS RESTOS A PAGAR

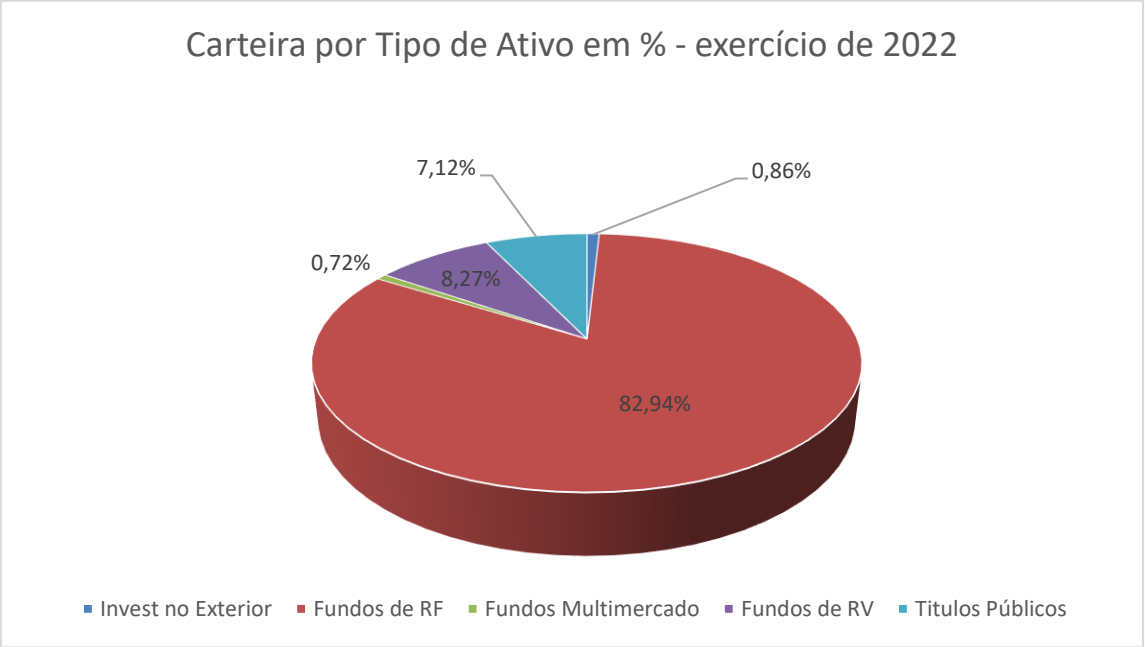
Findo o exercício financeiro de 2023, os Restos a Pagar desta Autarquia Municipal importavam um total de R\$ 226.568,88 (duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos), sendo R\$ 158.161,11 (cento e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e um reais e onze centavos) que referem-se a recursos do Fundo Financeiro, R\$ 2.063,07 (dois mil, sessenta e três reais e sete centavos) que referem-se a recursos do Fundo Previdenciário e R\$ 66.344,70 (sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos) que referem-se a recursos da Taxa de Administração.

Há recursos Financeiros suficientes para o pagamento destes Restos a Pagar, considerando cada destinação de recurso: Fundo Financeiro, Fundo Previdenciário e Taxa de Administração.

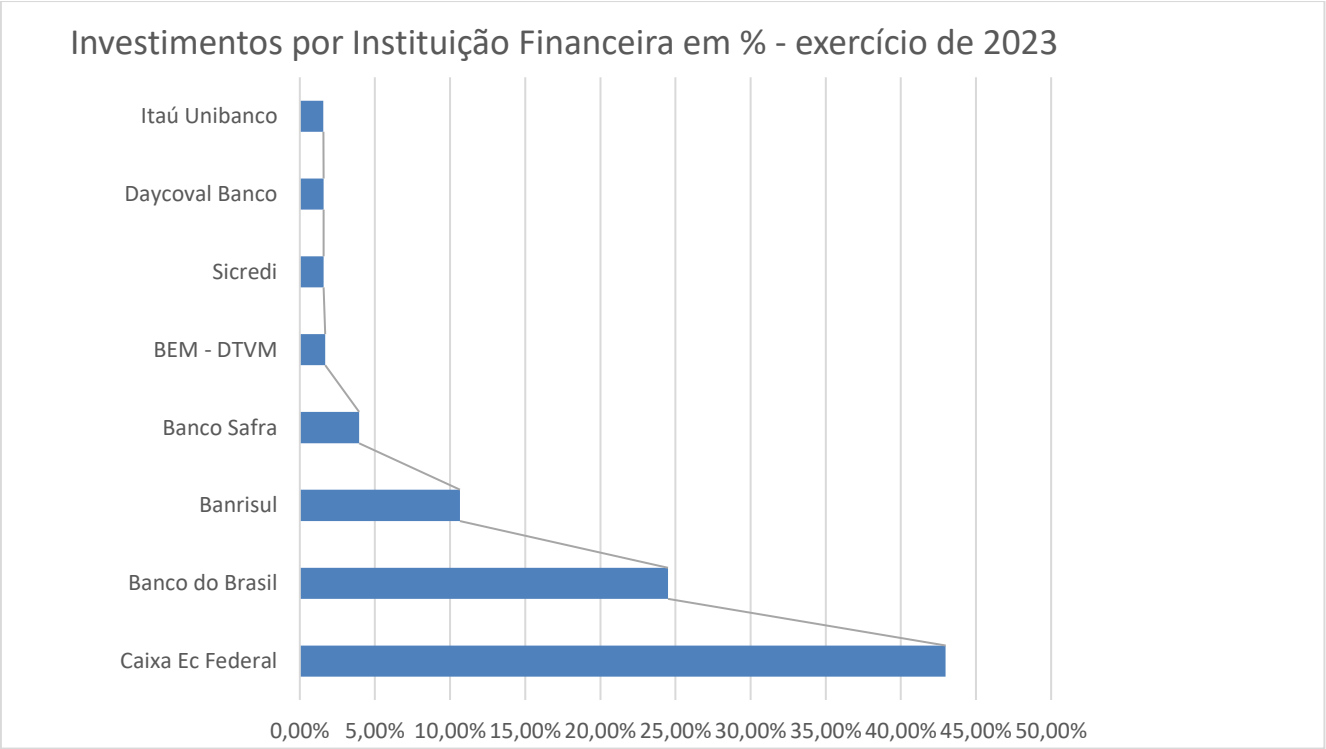
4 – INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos do Instituto encontra-se enquadrada de acordo com a Resolução nº 4963/2021 do CMN, e com a Política de Investimentos vigente. O saldo das contas está disposto da seguinte forma: 11,50% em Títulos Públicos; 81,80% em Fundos de Renda Fixa; 5,0% em Renda Variável; 0,80% em Fundos Multimercado; 0,90% em Investimentos no Exterior e 0,1% disponível em contas correntes. Registra-se que no ano de 2023 a meta atuarial prevista na política de investimento era de **9,92% (INPC+4,98% taxa de juros) e que o IAPS alcançou índice de 12,88% nos investimentos do Fundo Previdenciário e 13,87% nas aplicações do Fundo Financeiro**, alcançando e superando a meta estabelecida. Esse resultado interrompe uma série negativa dos anos anteriores sem alcançar a meta atuarial, que por diversas razões, como os fatores políticos, econômicos e de saúde pública (Pandemia), contribuíram para

o resultado negativo. Em 2023 principalmente pelo início da queda dos juros e melhora na economia local obtivemos melhores resultados financeiros.

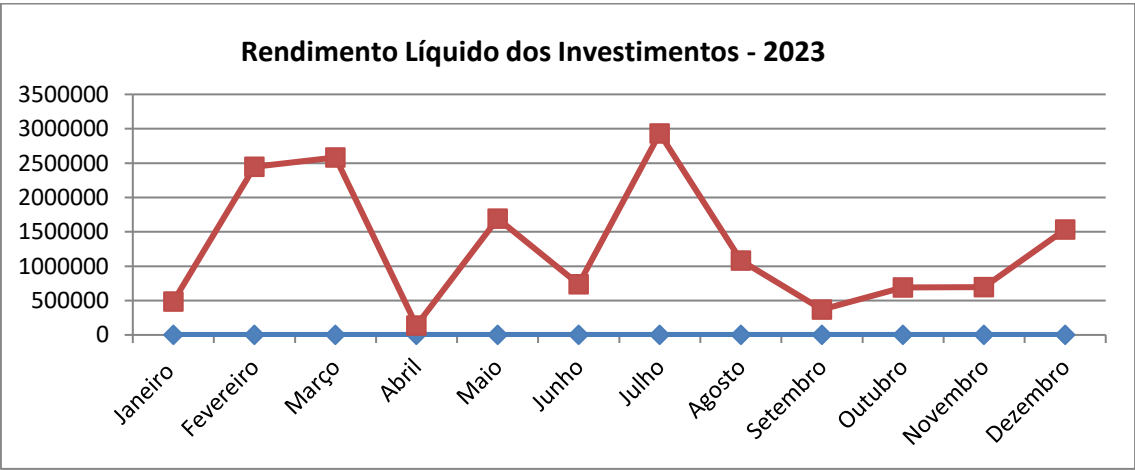


Os Investimentos da carteira consolidada (Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário) por Instituições Financeiras estão distribuídos da seguinte forma:



No exercício de 2023 os rendimentos dos investimentos foram positivos em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 15.383.811,81 (quinze milhões, trezentos e oitenta e três mil, oitocentos e onze reais e oitenta e um centavos), conforme demonstrado abaixo:

Mês	R\$	Mês	R\$	Mês	R\$
Janeiro	483.683,05	Maio	1.692.985,09	Setembro	369.296,57
Fevereiro	2.447.929,20	Junho	737.435,51	Outubro	692.142,00
Março	2.581.226,30	Julho	2.932.229,29	Novembro	694.959,38
Abril	137.402,68	Agosto	1.081.771,15	Dezembro	1.532.751,59



5 - OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Além do que mencionamos anteriormente, consideramos importante ressaltar que:

- a) As contribuições parceladas estão classificadas no Ativo Circulante e Não Circulante com base no atributo de conversibilidade;
- b) Nos saldos contábeis de encerramento do exercício, há pendências de parcelas dos Acordos de Parcelamentos das contribuições previdenciárias dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023, que foram pagas em janeiro e fevereiro de 2024, esse atraso de deu por insuficiência orçamentária no exercício das competências;

- c) No exercício de 2023 foi dada a continuidade do recolhimento de alíquota patronal suplementar de 2,04%, para cobertura de déficit atuarial do Plano Previdenciário, conforme já previsto Lei Municipal 9.747/2022, apesar do bom resultado atuarial, para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto.

Os demais aspectos constam dos anexos de Balanço e nas Notas Explicativas que fazem parte integrante deste relatório.

São Leopoldo, 28 de março de 2024.

LILIAN MICHELE DA SILVA

Diretora Geral do IAPS